

Negociação da dívida ^{EXTERNA} passa JORNAL DO BRASIL 26 OUT 1986 por uma estratégia global

Brasília — Enquanto o Clube de Paris ainda apresenta como posição formal a exigência de que o Brasil se submeta ao Fundo Monetário Internacional, antes de qualquer discussão de um acordo plurianual de sua dívida, o talento dos negociadores brasileiros está sendo exigido menos para driblar as referências ao FMI, e muito mais para encaixar todos os acertos preliminares sobre a dívida externa no programa mais amplo das relações internacionais do Brasil.

— A estratégia brasileira — afirma o secretário especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo — é deslocar todas as discussões para o plano maior das relações financeiras, comerciais e de movimento de capitais.

A negociação da dívida externa passa deste modo a funcionar como instrumento básico dos esforços brasileiros para redefinir suas relações com a economia internacional, o que envolve muito mais do que o simples retorno dos empréstimos voluntários ao país. "O que é decisivo para nós é não tratar a dívida externa de modo isolado, mas articulando-a com as mudanças que são necessárias no comércio, por exemplo, e no sistema de investimentos externos para o Brasil".

Pagamentos menores

Esta articulação, na prática, implica num limite para o pagamento de juros e outros serviços, que possibilite ao país fazer saldos comerciais bem menores e, portanto, importações em volumes muito mais significativos e adequados ao crescimento acelerado que o Brasil pretende e precisa, segundo um assessor da área econômica. É nesta ótica que o teto de não transferir, a título de juros e outros serviços da dívida, mais do que 2,5% do PIB, ou seja, algo próximo de 6,5 bilhões de dólares por ano, continua valendo como referência para as negociações, do lado brasileiro.

Em pronunciamentos formais, as autoridades até aqui têm falado num redução das transferências para um número próximo de 10 milhões de dólares, considerando uma diminuição no pagamento dos juros da ordem de 1 bilhão a 1,5 bilhão de dólares, factível. O novo embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Marclio Marques Moreira, se referiu a estes valores, calculando que este ano o país terá transferido

em torno de 12 bilhões de dólares de pagamento da sua dívida externa.

Essas previsões, a rigor, são conservadoras. Primeiro, porque já este ano os pagamentos feitos pelo Brasil estarão abaixo do número citado pelo novo embaixador. Segundo fontes do Ministério da Fazenda, de juros totais da dívida, o país pagará 8,5 bilhões de dólares, quando pagou 11 bilhões, em 1985. Com o pagamento de outros serviços, a transferência total ficará um pouco acima dos 10 bilhões de dólares. Portanto, colocar este mesmo volume de dólares como meta para os próximos anos, dentro do acordo plurianual, revela apenas uma projeção extremamente cautelosa. Na prática, não é o que o governo quer, ou mesmo imagina que pode obter.

Dentro das negociações, que o governo brasileiro gostaria de ver resolvidas até dezembro, mas cujo prazo, lembra Belluzzo, na verdade se estende até março do próximo ano, a questão da queda das reservas internacionais do Brasil, da ordem de 1 bilhão 200 milhões de dólares, no primeiro semestre deste ano, pode ser usada contra, ou a favor do Brasil.

Se ela aumenta a vulnerabilidade do governo como negociador, pode também, por outro lado, ser usada como argumento para demonstrar que o país efetivamente não deve continuar com o nível atual de transferência de capitais, acreditam assessores da área econômica. Reservas na faixa dos 7,5 bilhões de dólares se aproximam do limite técnico de segurança, que, no caso brasileiro é de 4,5 bilhões de dólares, ou seja, o equivalente a três meses de importação.

Fora da estratégia geral, os parâmetros para a renegociação da dívida são fornecidos pelo acordo com o México. O Brasil dificilmente aceitará um spread superior à taxa de 0,8125% obtida pelo México. "Um país que apresenta uma performance melhor não pode ser tratado sob piores condições", observa Belluzzo, sem sequer considerar o dado de que este país está submetido ao monitoramento do FMI, "porque essa referência não tem mais qualquer valor para o Brasil".

— Vamos para todas as frentes de negociação, com postura de negociadores, abertos, mas há limites, e as condições obtidas pelo México estão entre eles — afirma o assessor do ministro Dílson Funaro.